

1 **ATA DA 13ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia**
3 **14/07/2020 (segunda-feira), de 14:15h às 17:10, através de videoconferência.** A
4 Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 14/07/2020, foi iniciada pelo Coordenador, José
6 Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Alba Reis (CBH
7 BIG), Nelson Reis (CBH Guandu), Paulo de Tarso Pimenta (CBH Guandu), José
8 Arimathéa Oliveira (CBH MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), José Paulo Azevedo
9 (CBH Piabanha), Luís Eduardo Amorim (CBH Piabanha), Licius de Sá Freire (CBH
10 R2R), Maria Inês Paes Ferreira (Macaé Ostras), João Gomes (CBH BPSI) Carlos
11 Ronald Macabu (CBH BPSI) e os convidados Rafaela Facchetti (CBH Piabanha) e a
12 equipe: Roberta Abreu (AGEVAP), Tamires Souza (AGEVAP) e Larah Emediato Ribeiro
13 (AGEVAP).

14 **Item 1. Abertura:**

15 A assembleia foi iniciada pelo coordenador **José Arimathéa**, que deu boas-vindas aos
16 presentes e realizou a leitura e orientação das regras de conduta para
17 videoconferência.

18 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

19 **José Arimathéa** contextualizou a pauta, dizendo que foi causada a fim de debater a
20 recém a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento Básico e o andamento da
21 discussão sobre a privatização da CEDAE que vem ocorrido, que impacta diretamente
22 os CBH's em função do desafio que é a universalização do acesso a água e
23 saneamento. Disse que a proposta é realizar uma iniciativa de estudo em conjunto da
24 Lei Federal que regulou esse marco legal e que havia a proposta de conversar com
25 uma professora da UFRJ sobre o assunto, mas não houve disponibilidade de agenda.
26 Concluiu que a ideia é avaliar iniciativas e questões que possam ser trabalhadas nos
27 comitês e no conjunto do sistema estadual e questionou se alguém havia alguma
28 sugestão de alteração para essa pauta. Não havendo manifestações de sugestão, a
29 pauta foi aprovada.

30 **José Paulo** informou que possui uma análise mais técnica do Marco Regulatório que
31 poderia compartilhar com os demais. Disse que conversou com Jerson Kelman em
32 2001, quando este começou na ANA, e existia um Marco Regulatório que acabou
33 perdido no congresso, mas que ele fez uma apresentação para jornalistas sobre esse
34 tema e, como a atual proposta é similar a antiga, vale a pena assistir a essa entrevista.
35 Opinou que mais importante desse Marco é priorizar a concessão não para quem paga
36 mais, mas para quem adianta a universalização.

37 **José Arimathéa** solicitou que José Paulo enviasse no grupo do whatsapp esse
38 documento e entrevista mencionada.

39 **Item 3. Aprovação das atas das reuniões dos dias 16/06/2020 e 30/06/2020;**

40 **José Arimathéa** informou que não houve considerações prévias das atas enviadas e
41 solicitou que os presentes dessem suas aprovações ou não no chat. Não havendo
42 manifestação contrária, as atas foram aprovadas.

43 **Item 4. Verificação da planilha de encaminhamentos;**

44 **Roberta** iniciou a leitura dos encaminhamentos em aberto. Quanto ao Mecanismos
45 para agilizar o processo de cobrança, **José Arimathéa** informou que teve duas
46 reuniões com o INEA para se pensar nesse processo e foi informado que há dificuldade
47 com a intervenção no processo de licenciamento ambiental e que deve-se pensar em
48 como os comitês podem ajudar. Disse que há um gargalo no processo de sistemas de
49 informações que gera o mecanismo de outorga e vem sendo estudado a contratação
50 de uma pequena equipe em parceria para haver suporte de pessoal, já que existe o
51 registro de dados antigo e estão implantando um sistema automatizado.

52 **José Paulo** disse que a ideia de integrar os sistemas é antigo, mas que sempre há uma
53 resistência do INEA em dar mais transparência a isso. Informou que seria interessante
54 que o INEA fizesse uma apresentação do que está sendo implementado, para que se
55 conheça a estrutura do sistema e seu objetivo.

56 **Luís Eduardo** comentou que diversas vezes houve conversa com a equipe da Moema
57 sobre o número de outorgas feitas pelo INEA nos últimos anos, pois no ano anterior foi
58 dito que estava havendo uma força tarefa para levantar esse número, no entanto, não
59 há informações sobre o que de fato está ocorrendo e o que está faltando.

60 **José Arimathéa** solicitou que fosse formalizado o pedido de uma apresentação do
61 INEA ao FFCBH para atualizar como está o andamento desse sistema automatizado e
62 suas funções e as informações da outorga. Solicitou também que fosse feita uma carta
63 convidando para uma reunião, pedindo aos presentes que levantassem as informações
64 que estão sendo buscadas para essa apresentação.

65 **Maria Inês** sugeriu que, além do número de outorgas, fosse informado também o
66 número de usuários cadastrados por setor e por comitê, contemplando as vazões
67 cadastradas.

68 **Luís Eduardo** sugeriu que incluísse na carta o pedido de informação da série histórica
69 do número de outorgas anuais e do número de processos pendentes, bem como a
70 situação atual das outorgas.

71 **João** citou o SIGA CEIVAP, comentando que deveria haver um treinamento para
72 utilização do sistema. Disse que o ideal é receber relatórios prontos para que houvesse
73 foco em melhorar a gestão. **José Paulo** comentou que **Luan** do CBH Piabanha fará
74 uma apresentação sobre e poderá ser assistida por todos.

75 **José Arimathéa** solicitou que fosse incluído na pauta de reunião próxima a discussão
76 sobre o ECOB, para que possam debater e atualizar as decisões sobre o evento.

77 **Roberta** comentou que o encaminhamento sobre enviar contribuições para discussão
78 do PL 34/2015 já entrou em pauta anteriormente, mas saiu devido a pandemia. Quanto
79 ao encaminhamento de solicitar ao INEA que envolva os comitês na elaboração do
80 plano de recuperação da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, questionou como
81 deveria ser feita, se por e-mail ou por carta e informou que não achou informações
82 sobre ao pesquisar para elaborar a minuta de uma carta.

83 **João** disse que existe um grupo de trabalho de vazões que faz parte do plano de
84 recuperação e que faria as atualizações do GT pois haveria reunião em breve. **José**
85 **Paulo** solicitou que colocasse João e ele como responsáveis por esse item.

86 **Luís Eduardo** questionou se o custeio da delegatária já havia sido liberado pelo INEA
87 e **Paulo de Tarso** informou que esteve com o presidente do INEA e lhe foi informado
88 que até o final da presente semana o custeio será liberado para os comitês.

89 Sobre o encaminhamento de contratação de funcionário para acompanhamento da
90 ALERJ, **José Arimathéa** disse que a última informação que possuía é que o INEA
91 estava analisando o perfil da contratação. **Lícious** informou que já havia tido autorização
92 do INEA para contratação por tempo determinado de pessoal.

93 **Roberta** comentou que a resolução de regulamentação de realização de
94 videoconferências já está pronta para quando puder ser inserida em pauta novamente.
95 Quanto ao levantamento da solicitação dos R\$50.000,00 do FNCBH, informou que
96 levantou a informação e que em 2018 foi feita uma solicitação e não houve resposta do
97 CERHI.

98 **João** comentou o encaminhamento sobre capacitação de termo de referência é de
99 extrema importância para o CBH BPSI e que está esperando manifestação do FFCBH
100 para que faça uma capacitação em conjunto de forma a ficar mais econômico e que o
101 pedido tenha mais força. Disse que deveria haver uma carta do Fórum para solicitar
102 esse treinamento. **José Arimathéa** disse que poderia ser feita uma carta para as duas
103 delegatárias para construção em conjunto.

104 **Lícious** lembrou que essa questão da capacitação foi levada e inserida no contrato de
105 gestão. Disse que a maioria dos comitês tem seu próprio sistema de capacitação e
106 sugeriu que fosse discutido no FFCBH um intercâmbio entre os programas de
107 capacitação dos comitês, havendo uma troca de informação e experiência.

108 **João** disse que vem pedido capacitação para AGEVAP quanto a termos de referência
109 nos últimos dois anos e esse pedido não vem sido atendido, identificando como
110 responsabilidade do FFCBH ajudar a cobrar e ter mais eficiência nesse processo.

111 **José Arimathéa** solicitou que fosse feito por e-mail uma consulta às delegatárias para
112 avaliar se há alguma iniciativa para capacitação em elaboração de TdR's.

113 **Maria Inês** questionou se no encaminhamento de consultar às assessorias jurídicas
114 das delegatárias sobre a possibilidade de participação de usuários e sociedade civil em
115 editais e projetos havia sido realizada a consulta também ao CILSJ. **Roberta** respondeu
116 que havia sido consultada apenas o jurídico da AGEVAP. Relativamente à planilha em
117 debate, **Maria Inês** solicitou que essa consulta fosse feita também ao consórcio.

118 **Roberta** comentou que o encaminhamento de enviar considerações do contrato de
119 gestão 01/2010 para Hélio Vanderlei está pendente aguardando definição do G4. **José**
120 **Arimathéa** disse que já houve resposta da delegatária, mas que não houve reunião do
121 G4 ainda para deliberar sobre essa resposta e encaminhar a proposta ao INEA.

122 **Maria Inês** solicitou que o rascunho da minuta da Resolução sobre fundo de reserva
123 fosse enviada a ela para que fosse apresentado na plenária do CBH Macaé Ostras.

124 **Item 5. A relação dos Comitês de Bacias Hidrográficas com o novo marco**
125 **regulatório do saneamento básico e o processo de privatização da CEDAE no Rio**
126 **de Janeiro;**

127 **José Arimathéa** comentou que trata a pauta trata basicamente do novo marco
128 regulatório, e que seria feita uma leitura do projeto de lei e que normatiza o desafio de
129 aumentar o acesso ao esgotamento sanitário. Passou a condução da leitura do projeto
130 de lei à Rafaela.

131 **Rafaela** disse que o projeto de lei atualiza o marco legal do saneamento básico e altera
132 a Lei nº 9.984/2000 que atribui a ANA a competência para editar normas de referência
133 sobre serviços de saneamento, entre outras leis descritas. Comentou que tinha dúvidas
134 nessa questão, uma vez que quando a ANA foi criada, não estava ligada a saneamento,
135 mas só a água. Após esse comentário, deu-se início a leitura do projeto de lei.

136 **José Arimathéa** comentou a alteração do Art. 1º da Lei nº 9.984/2000, dizendo que se
137 tem a partir dessa lei uma atribuição grande das atribuições da ANA envolvendo o

138 saneamento básico, ou seja, água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana. Disse
139 que se trata uma equipe de que ainda é tímida frente ao desafio da universalização do
140 sistema de gerenciamento dos recursos hídricos. **Rafaela** concordou, mas inteirou que
141 a lei posteriormente fala sobre o aumento de quadro da ANA.

142 **José Paulo** disse que o papel da ANA é dar diretrizes de regulação e que não tem
143 dúvidas que a ANA contrataria pessoal do nível que existe na Adasa. Afirmou que o
144 grande problema é a regulação e que a ANA terá que se capacitar e agir para que essas
145 regulações passem a ser sérias.

146 **Paulo de Tarso** disse que participou em uma reunião sobre a regulamentação da ANA
147 e que os comitês devem estar em alerta sobre de onde virão os recursos de contratação
148 de pessoal.

149 **Rafaela** comentou a alteração do inciso XXIV-B, dizendo que achava ele preocupante,
150 questionando se em período de escassez seria assegurado os usos múltiplos ou
151 apenas abastecimento humano e dessedentação de animais. **José Paulo** disse que
152 dependeria de quão grave fosse a situação.

153 **Maria Inês** comentou o Inciso II do Parágrafo 1º, dizendo que o uso da expressão “uso
154 racional de recursos naturais” invade uma série de competências de outros ministérios,
155 devendo ser relacionado aos recursos hídricos. Disse que não cabia ao FFCBH
156 modificar esse texto, mas que deveriam ficar atentos por ser uma extrapolação grande
157 já que não se sabe como pode ser utilizado.

158 **José Arimathéa** comentou que o inciso trata da regulação tarifária de serviços públicos
159 de saneamento básico, não se referindo apenas a água e esgoto, mas quando se fala
160 de recursos naturais, trata-se também em coleta e destinação de resíduos sólidos, o
161 que pode impactar, não só a água, como o solo. Observou, no entanto, que não cita a
162 universalização de acesso aos serviços e essa é uma das maiores críticas.

163 **Rafaela** pediu para que fosse grifado esse parágrafo, comentando que faltou garantir
164 a universalização. Pediu também para que fosse grifado no inciso XXIV-B a questão

165 dos usos múltiplos, comentando que deveria ser apenas o abastecimento humano e
166 dessedentação de animais.

167 Na leitura do Parágrafo 4º, **Rafaela** questionou quem são as entidades representativas
168 do município citadas. **José Arimathéa** respondeu que é uma entidade supra municipal,
169 que essa não é uma prática existente no Brasil e não vê nenhum órgão que irá dialogar
170 com a ANA nesse sentido. **Rafaela** comentou que acredita que é nessas entidades que
171 se encaixam os comitês de bacia. Solicitou que o trecho fosse grifado no texto.

172 **José Arimathéa** comentou que o que se trata no parágrafo 7º é absurdo, visto que o
173 Brasil é um país continental, não vendo possibilidade de a ANA zelar pela uniformidade
174 regulatória do setor de saneamento básico já que as realidades dos diversos pontos do
175 país são totalmente distintas.

176 **Rafaela** disse que de certa forma deverá haver um marco regulatório do país todo e as
177 diversidades locais devem ser tratadas ponto a ponto nas normas individualizadas.
178 Supôs que em cada município deverá haver um marco regulatório que acrescente e
179 diferencie pelas condições locais.

180 **José Paulo** comentou que é no Parágrafo 10 que se pode, como comitê, ter uma
181 grande ajuda, pois, se tem os parâmetros e se tem uma agência que não controla perda,
182 essa é uma forma de se ter uma referência técnica. **Rafaela** comentou que há um
183 grande atraso na implantação de saneamento, logo não seria o momento de elaborar
184 estudos técnicos. **José Paulo** comentou que se teria em pouco tempo uma
185 possibilidade de regulação que não se tem atualmente, já que a atual agência de
186 regulação não vem exercendo seu papel.

187 **Maria Inês** complementou que nem todos as regiões hidrográficas do Rio de Janeiro
188 estão sendo regulados pela Agenersa. Exemplificou que na RH-VIII existe um PPP para
189 o saneamento firmado em 2012 e no contrato estão previstas as metas, mas a empresa
190 não as cumpriu pois estavam ligadas a contrapartida financeira da prefeitura de Macaé.
191 Dessa forma, concluiu que a entrada da ANA na regulação poderia ser benéfica.

192 **Rafaela** disse que a partir do momento que a ANA se coloca como agência reguladora
193 no Brasil como um todo, ela própria deverá contratar as agências estaduais. Disse que
194 a Agenesra existe no Rio de Janeiro, mas se a prefeitura não fizer o acordo de
195 cooperação com a agência ou não efetuar o pagamento, não se tem a regulação
196 naquele município.

197 **José Paulo** disse que a ANA deve ter algum input em vários órgãos, inclusive nos
198 comitês de bacia e deveria convidar a ANA para debater o que se é percebido. Reforçou
199 que a ANA não será agência reguladora, mas sim definir diretrizes e se os comitês
200 estiverem interagindo, terão um espaço interessante para participarem. Quanto ao
201 Parágrafo 12, comentou que vê uma oportunidade para os comitês com os municípios,
202 tendo uma possibilidade de parceria.

203 **José Arimathéa** lembrou que a realidade dos comitês do estado do Rio de Janeiro não
204 se expande para as demais localidades do país. **José Paulo** comentou que a intenção
205 é se posicionar em face ao novo papel da ANA, logo devem focar no caso em particular.

206 **José Paulo** comentou o Art. 4º-F, dizendo que traz a sinalização de que não precisa
207 seguir o que a ANA preconiza como regulação, mas para obter financiamento, deve
208 aderir a isso. **Rafaela** comentou que a partir do momento que se tem esse marco
209 regulatório, tem-se base para discutir os 70% do setor saneamento que tem que ser
210 aplicado em esgoto.

211 No Parágrafo 1º, **Rafaela** concluiu que a ANA não fará a regulação, mas sim terá
212 entidades encarregadas, que fará os atos normativos, propor os requisitos e
213 procedimentos e as entidades regulatórias de cada estado irá exercer esse papel.

214 Na Lei nº 11.445/2007, no Art. 2º, Inciso IV, **Rafaela** comentou que é no controle social
215 onde os comitês deveriam trabalhar e solicitou que esse artigo fosse grifado. **José**
216 **Paulo** disse que significa que deveriam ir mais fundo em termo de como estão os
217 contratos e cobertura atualmente, sendo muito mais do que investir em obras de
218 esgotamento sanitário, focando em conhecer bem as situações e projeções.

219 **Lícius** concordou que esse inciso é o mais importante e que mais cabe aos comitês.
220 Propôs que fossem elaboradas propostas para a ANA de como os CBH's se
221 encaixariam totalmente nesse controle social e como se encaixariam parcialmente nos
222 outros itens marcados. Respondeu ao comentário de José Paulo, dizendo que o
223 objetivo a longo prazo é possuir um contrato por tempo determinado para um escritório
224 de projetos de saneamento, no qual o indivíduo técnico trataria apenas das análises do
225 que está sendo feito ou se está havendo dificuldades.

226 **Rafaela** propôs que fosse lido o documento em casa para que voltassem mais
227 embasados para discussão na próxima reunião. Mencionou que no Art. 3º há a questão
228 do reconhecimento do sistema unitário, que deve ser discutido de forma mais assertiva
229 pois é algo que atrapalha e dá a chance de haver a tomada de tempo seco.

230 **José Arimathéa** considerou que os incisos são uma atualização conceitual legal, ou
231 seja, altera uma lei que existe e apresenta esses conceitos como sendo base legal para
232 toda referenciada. Disse que, quando chama de "sistema unitário" é porque existe
233 cidade que tem esse sistema, logo todos entenderiam do que se trata.

234 **Rafaela** disse que quando a lei conceitua sistema unitário, ela reconhece e aceita que
235 ele exista. Afirmou que esse sistema atrapalha o tratamento das águas pluviais,
236 impedindo que tenha rios limpos. **Lícius** completou que esse sistema é ruim, mas ainda
237 melhor do que não possuir sistema algum.

238 **Paulo de Tarso** completou que seria interessante retomar a discussão de tempo seco
239 em outra oportunidade para que pudesse ser observado as divergências quanto a esse
240 assunto e consolidar seu entendimento e posicionamento sobre. **Maria Inês** se
241 prontificou de dialogar sobre esse tema com Paulo de Tarso, trazendo informações da
242 região de Macaé e Lago São João.

243 **José Arimathéa** disse que essa discussão deveria ser retomada na reunião seguinte,
244 uma vez que acreditava que não seria possível que todos fizessem a leitura do projeto
245 de lei individualmente. Pediu para que **Tamires** fizesse um tratamento desses dados,

246 pois como cita a alteração de várias leis, poderiam incluir no texto a inserção do que
247 trata cada lei alterada e que o estudo desse projeto de lei fosse retomado.

248 **Rafaela** informou que participou de uma reunião na FIOCRUZ, na qual se formou um
249 grupo de pesquisadores para fazer um documento com a posição da FIOCRUZ e
250 Alexandre Pessoa disse que os comitês de bacia deveriam estar envolvidos no assunto
251 da concessão da CEDAE, logo ela tomou a liberdade de falar em nome do FFCBH,
252 demonstrando o interesse do Fórum em participar. Disse que achava importante que o
253 Fórum emitisse uma nota sobre o assunto baseada nessa posição, marcando presença.

254 **José Paulo** afirmou que defende a CEDAE pública e saneada. **Rafaela** disse que
255 defende que haja uma regulamentação e controle social pesados para que a água não
256 seja uma mercadoria que vise apenas lucro de alguns empreendedores, já que é direito
257 humano e a CEDAE não vem realizando o serviço com acuidade. **José Paulo** afirmou
258 que o Fórum deveria afinar esse entendimento e sua posição para não conflitar os
259 discursos.

260 **José Arimathéa** disse que esse tema deve ser discutido em reunião e sugeriu que,
261 caso terminassem o estudo do projeto de lei na próxima reunião, que a seguinte se
262 tratasse dessa concessão. Solicitou que, caso alguém possua uma indicação de
263 alguém para abordar o tema, contatar a secretaria do Fórum.

264 Foi definida uma reunião extraordinária na sexta-feira (17/07/2020) pela tarde e, como
265 é feriado na cidade de Volta Redonda, a reunião será conduzida pela secretaria
266 executiva do CBH Guandu ou do CBH Piabanha, a ser confirmado posteriormente.

267 **Item 6. Assuntos Gerais;**

268 Não houve assuntos gerais a serem tratados nessa reunião.

269 **Item 7. Encerramento.**

270 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 17:10. A
271 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
272 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

273 Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia

274

275 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

276 Coordenado Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

277

278 ENCAMINHAMENTOS: planilha de encaminhamentos segue em anexo.